

ATA DA 141ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e um, realizou-se a 141ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saneamento - COMUSA, através de videoconferência, seguindo as diretrizes da Portaria SMOBI Nº118/2020.

Conselheiros presentes: Josué Costa Valadão (SMOBI), Claudius Vinícius Leite Pereira (URBEL), Patrícia de Castro Batista (SLU), Adélia Rodrigues Teixeira Rios (SMMA), Marta Alves Larcher (MPMG), Wesley Bambirra (SICEPOT-MG), Dulce Maria Magalhães Pereira (SINARQ-MG), Pegge Sayonara Mendes (ABES-MG), Fabiano Geraldo Álvares da Silva (Fioleste), Antônio Carlos Ferreira de Oliveira (COPASA) e Rogério Pena Siqueira (Especialista).

Suplentes presentes: Ricardo de Miranda Aroeira (SMOBI) e Raquel Sampaio Jacob (PUC-MG).

O Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, Ricardo Aroeira, registrando o quórum, informou o ponto de pauta da reunião: apresentação, pela SLU, do Plano de Manejo da Central de Resíduos Sólidos da BR-040. Em seguida, colocou-se em votação a Ata da 135ª Reunião Ordinária, aprovada por unanimidade.

O Secretário Executivo informou aos presentes sobre a elaboração da minuta da Deliberação COMUSA 001/2021, que manifestou o posicionamento contrário do Conselho ao processo de revisão tarifária proposto pela ARSAE. Informou, ainda, que após aprovação e publicação no DOM, o documento seria encaminhado ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais para que fossem tomadas as devidas providências. Sem manifestações contrárias dos conselheiros, a Deliberação COMUSA 001/2021 foi colocada em votação, sendo aprovada por 11 (onze) votos a favor e 01 (uma) abstenção.

Em seguida, a palavra foi repassada ao Gerente do Departamento de Destinação Final de Resíduos da SLU, engenheiro Pedro Heller que procedeu a apresentação. O palestrante iniciou sua apresentação fazendo uma contextualização do aterro sanitário da BR-040, apresentado como um dos grandes passivos ambientais da PBH. As atividades de aterramento foram encerradas em 2017 e desde então tem-se buscado um novo ordenamento para o local. Para isso, criou-se um Grupo de Trabalho que elaborou um Plano de Manejo para a área. Destacou-se que o aterro continua sendo monitorado e que a PBH continua na busca por um uso sustentável da área. O palestrante mostrou, através de fotos, como se dava o funcionamento de cada setor da CTRS BR-040. A operação teve início em 1975, para uma população estimada de 1,50 milhão de habitantes e disposição estimada de 250 toneladas de resíduos sólidos por dia. Na década de 1970, o local possuía uma usina de reciclagem e compostagem que fazia a triagem do material recebido, mas com o tempo o processo foi interrompido por dificuldades de manutenção. Entre os anos 1989/1995 tivemos o funcionamento do Sistema GASMIG, de captação e processamento de Biogás, com a geração do gás metano e seu aproveitamento como combustível. Em 1994 foi realizada uma reestruturação do local, objetivando a redução dos impactos ambientais e incorporando novas áreas, sob a perspectiva de ampliação do aterro. Em 2006 foi realizado um estudo para prorrogação do uso das células, sendo implantadas células específicas de resíduos de construção civil e resíduos de serviços de saúde. Em 2007 findou-se a vida útil da célula principal do aterro sanitário, tendo sido então viabilizada a parceria público-privada com a Central de Tratamento de Resíduos Sólidos de Macaúbas, localizada em Sabará. Assim, os resíduos sólidos urbanos passaram a ser encaminhados para aquela unidade, juntamente com os resíduos de construção civil. Em 2010 encerrou-se a célula de resíduos da construção civil e, em 2017, encerrou-se a última célula do aterro que recebia resíduos de serviço de saúde.

Ainda existem atividades em funcionamento na área. A maior Estação de Reciclagem de Entulho – ERE encontra-se em operação no local, com capacidade de 2m³ por dia de processamento. Também existe uma Unidade de Recebimento de Pequenos Volumes da Construção Civil – URPV e células de compostagem simplificada.

A CTRS BR-040 operou de 1975 a 2007, ocupando uma área de 114,90 hectares, destinando 60% da área para disposição de resíduos sólidos, totalizando 23,90 milhões de toneladas de resíduos aterrados, sendo considerado um dos maiores aterros sanitários do país. A PBH vai continuar envidando esforços para manter o monitoramento e segurança do local.

Atualmente a área está completamente incluída no perímetro urbano, com cerca de 70,30 mil habitantes no seu entorno.

Em relação especificamente ao Plano de Manejo, o palestrante destacou que foram estabelecidas 10 diretrizes hierarquizadas, pensando-se na segurança, na estabilidade do maciço, nos riscos ambientais e

nas demandas da comunidade do entorno. As diretrizes estabelecidas compreendem: 1 – Setorização da proposta; 2 – Programa de monitoramento e gestão de riscos; 3 – Manutenção e obras estruturantes; 4 – Educação ambiental, comunicação e mobilização social; 5 – Equipamentos, áreas de lazer e espaços públicos; 6 – Áreas verdes e controle ambiental; 7 – Mobilidade e transporte ativo; 8 – Modernização de soluções para o tratamento de RSU; 9 – Programa permanente de gestão e monitoramento e 10 – Programa de infraestrutura urbana.

Por fim, foram apresentadas as ações desenvolvidas. 1 – Captação de recursos: visando identificar potenciais investidores na recuperação da CTRS BR-040, a Prefeitura de Belo Horizonte lançou um edital de Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), para investimento em geração de energia limpa. Não foram identificados interessados. 2 – Divulgação internacional: apresentação do Plano de Manejo da CTRS BR-040 durante a décima sétima edição do Simpósio da Sardenha, Itália (2019). 3 – Captação de recursos e divulgação internacional: apoio do Instituto Wuppertal, da Alemanha – projeto Urban Patwhays -, para captação de recursos junto ao ICLEI - Local Governmentsfor Sustainability. 4 – Manutenção e obras estruturantes: parceria (Termo de Permissão) com a Vale S.A. (2020) que possibilitou implantação de rede de energia elétrica de média tensão, instalação e manutenção de portões e instalação de holofotes para melhorar a iluminação noturna; Obras de recuperação da estrutura da antiga Usina de Compostagem; Obras de drenagem pluvial próximo ao mirante (campo Danúbio); Desobstrução de rede de drenagem pluvial e construção de dique de contenção; Poda de árvores, recuperação do sistema de drenagem e muro de divisa; Implantação de lombadas transversais (quebra-molas) para melhorar a segurança e tráfego interno; Na URPV Pindorama, construção de cercamento e muro de divisa e recuperação e manutenção do piso, melhorando a operação; Na Estação de Reciclagem (ERE) CTRS BR-040: Melhoria na iluminação e implantação de sistema de alarme sonoro com sensor de presença; Programa de coleta de orgânicos e compostagem: cercamento para impedir a entrada de animais e recuperação dos pátios e do galpão. 5 – Modernização de soluções para o tratamento de RSU: no Programa de Coleta de Orgânicos e Compostagem, realizou-se a melhoria do sistema de energia elétrica, aquisição de novos veículos para coleta e reforma de equipamentos (picadores e rachadores de toras). 6 – Programa de monitoramento e gestão de riscos: os monitoramentos de controle ambiental da CTRS BR-040 continuaram a ser executados e todos os contratos foram mantidos. 6 – Áreas verdes e controle ambiental: plantio de mudas próximo aos campos de futebol Danúbio e Coroas. 7 – Equipamentos, áreas de lazer e espaços públicos: reforma do vestiário do Estádio Beira Lixo; Urbanização e implantação do alambrado e das traves no Campo das Coroas; Projeto e implantação de horta comunitária entre os campos de futebol Remo e Palmeirense. 8 – Programa permanente de gestão e monitoramento: ações de educação ambiental, comunicação e mobilização social.

Encerrada a apresentação, franqueou-se a palavra aos presentes.

O Conselheiro e Especialista Rogério Siqueira perguntou, inicialmente, a altura do talude voltado para o bairro Califórnia e o custo de manutenção anual do aterro sanitário da CTRS BR-040.

O palestrante Pedro Heller respondeu que a altura máxima do talude voltado para o bairro Pindorama é de 65 metros, enquanto que a altura do talude voltado para o bairro Califórnia corresponde a cerca de 20 metros. Sobre os custos, o palestrante respondeu que o valor anual é de R\$ 10 milhões/ano.

O Conselheiro e Especialista Rogério Siqueira, complementando sua fala, alertou para os riscos que o aterro sanitário pode representar para o entorno em que está instalado, bem como a necessidade de se manter constante monitoramento do mesmo. Alertou ainda, para as demandas de drenagem do local. Sobre a questão de energias renováveis, sugeriu que a Prefeitura invista na aquisição de uma usina para gerar a própria energia.

Em resposta, a Conselheira e representante da SLU, Patrícia Batista informou que o aterro é constantemente monitorado e não apresenta indício nenhum de rompimento. Informou que o projeto de drenagem do aterro já foi licitado pela SUDECAP, sendo os recursos oriundos do Fundo Municipal de Saneamento.

O Conselheiro e representante da Associação de Moradores do bairro Floresta, Fabiano Silva questionou quanto à implantação de um galpão de triagem na área da CTRS BR-040.

Em resposta, a Conselheira e representante da SLU, Patrícia Batista informou que existe um projeto pendente de atualização, com financiamento garantido pelo Programa Avançar Cidades, para construir um galpão de triagem na área da CTRS BR-040, na saída para o bairro Pindorama. Sobre a reivindicação das Cooperativas de ocupar o antigo galpão de transbordo, no momento este não pode ser cedido, pois está

ocupado com carcaças de automóveis que, por lei, a SLU é obrigada a recolher, até que seja realizado um leilão das mesmas.

O Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, Ricardo Aroeira perguntou se existe um cronograma físico-financeiro com metas, prazos e valores estimados para implantação do Plano de Manejo.

Em resposta, o palestrante Pedro Heller explicou que a etapa atual compreende a elaboração dos projetos, para que, com base no que for previsto, estimar a demanda por recursos. Assim, o palestrante esclareceu que não há um cronograma físico-financeiro finalizado.

Nada mais havendo a discutir, a reunião foi encerrada.

Nada mais tendo a relatar, eu, Ricardo de Miranda Aroeira, Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, lavrei a presente ata.